

ESTAÇÃO DE PESQUISA URBANA M'BOI
SÉRIE DOCUMENTOS DE TRABALHO
WORKING PAPERS, Nº 14, DEZEMBRO / 2016

Saberes locais voltados à formação de jovens em vulnerabilidade social na região de M'Boi Mirim e Capão Redondo

Relatório síntese.

Contribuições iniciais para a discussão sobre estratégias de
enfrentamento da vulnerabilidade juvenil na região de M'Boi Mirim e
Capão Redondo – eixo da educação e formação juvenil

Programa de Vulnerabilidade Urbana e Ação Pública
Eixo Juventude, Educação e Cultura
Centro de Estudos em Administração Pública e Governo – CEAPG
Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio
Vargas – FGV EAESP



*CEAPG
Centro de Estudos
em Administração
Pública e Governo*

Saberes locais voltados à formação de jovens em vulnerabilidade social na região de M'Boi Mirim e Capão Redondo – relatório síntese

Contribuições iniciais para a discussão sobre estratégias de enfrentamento da vulnerabilidade juvenil na região de M'Boi Mirim e Capão Redondo – eixo da educação e formação juvenil

Tiago Corbisier Matheus, Letícia Daidone
Maio de 2015

Principais Desafios da escola na região:

- 1) A instituição escolar ocupa uma posição estratégica nas políticas públicas voltadas à juventude e ao desenvolvimento local. Serve como referência privilegiada para jovens e sua comunidade, mas vive a sobrecarga diante da função a ela atribuída de garantir o futuro das novas gerações, como se fosse ela a única responsável para tal desafio. Este é um dos motivos que explicam os intensos ataques feitos atualmente à escola pública. Consequentemente, a escola serve como suporte para as tensões resultantes das desigualdades sociais e econômicas de nossa sociedade, sendo tomada como alvo de frequente ataque por parte da população que atende.
- 2) A pressão que a instituição escolar vem sofrendo no meio público por respostas rápidas, a tem levado a estratégias questionáveis quanto aos resultados obtidos. O custo social da parcela de jovens evadidos do meio escolar (1,7 milhão, no Brasil, segundo UNICEF, 2014) exige uma revisão das políticas que utilizam perspectivas competitivas de avaliação e acompanhamento (*meritocracia*), em detrimento de estratégias inclusivas, capazes de sustentar o ideal republicano de escola para todos.
- 3) Há pouca articulação das escolas entre si e em relação aos poucos equipamentos de educação complementar disponíveis na região, o que vem restringir o potencial de ação de cada uma em sua realidade local. De modo geral, cada equipamento – de educação formal ou complementar – tende a se voltar para ações específicas e o diálogo entre eles é, na melhor das hipóteses, pontual. Apesar de atenderem os mesmos jovens, não há o hábito difundido de conversarem sobre estes, nem desenvolver ações complementares em favor de um projeto compartilhado.
- 4) Podemos apontar três grupos de desafios enfrentados pelas escolas: os estruturais, que dizem respeito à infraestrutura, os de gestão e práticas específicas de cada escola, que tratam do modo como seus recursos são utilizados em cada equipamento

e, por último, aspectos relativos à relação da escola com o entorno.

- 5) Infraestrutura: restrição dos recursos financeiros e humanos comprometem as possibilidades de gestão e sustentação de um lugar com condições básicas de trabalho, como lugar de cuidado e atenção.
- 6) Gestão: a subordinação hierárquica é um foco de tensão. Internamente, é um obstáculo à autonomia do professor para a exploração de diferentes estratégias de ensino, bem como para o comprometimento deste em relação a sua função docente. Externamente, a proposta de homogeneidade nas políticas da educação por parte do poder público, em seu ideal republicano de promover maior equidade entre todos, acaba, em contrapartida, tolhendo a flexibilidade necessária para que cada escola, entre direção e corpo docente, seja capaz de promover arranjos específicos aos desafios que enfrenta localmente.
- 7) Práticas: nas relações estabelecidas entre professor e aluno, os jovens nem sempre se percebem escutados e percebidos pelos professores, quando veem estes focados somente na transmissão de conteúdo. Há uma expectativa dos jovens de serem reconhecidos como sujeitos de direitos, com interesses próprios e capazes de dialogar sobre problemas os enfrentados pela comunidade. Em relação às propostas pedagógicas, almejam atividades mais “dinâmicas”, que possam explorar mais e melhor os próprios recursos disponíveis no equipamento escolar (biblioteca, quadra, pátio, por exemplo).
- 8) Relação com o entorno: há movimento inercial que muitas vezes se cria em torno de uma realidade social desigual e hostil, diante da qual a escola restringe seu diálogo. Em função da sobrecarga de ter que (supostamente) resolver sozinha os desafios da formação da juventude e de sua dificuldade em dialogar com o entorno, a escola acaba muitas vezes se distanciando ou isolando da comunidade, tanto do ponto de vista físico (muitas grades de separação), quanto na interação com outros equipamentos da região e com os membros da comunidade (as famílias são frequentemente “um problema” e não um recurso para a ação escolar).

Saberes locais:

- 9) Diante dos desafios apontados, percebe-se também entre as instituições investigadas na região a construção de estratégias importantes para o enfrentamento da vulnerabilidade juvenil e promoção de uma formação cidadã para este público. A região não vive somente dificuldades, ela cria também alternativas e soluções para seus desafios.
- 10) Política de acolhimento: “quanto mais a pessoa se sente segura no vínculo, mais ela tem oportunidade de mudança, ela tem receio de desapontar alguém do grupo quando ela cria o vínculo” (diretora entrevistada).
- 11) A principal diretriz para o combate à vulnerabilidade juvenil apoia-se na convergência e promoção do respeito, da reciprocidade e do reconhecimento mútuo entre todos – funcionários, jovens atendidos ou colaboradores – como sujeitos de direitos e de capacidades, cada qual conforme sua etapa de vida e sua posição na rede de relações locais, capazes de contribuir ativamente em sua realidade. Ser reconhecido como capaz por alguém que não se julga superior na capacidade cognitiva é, portanto, um caminho para que ele próprio assim se reconheça e, conforme sua vontade e as oportunidades que dispõe, possa fazer uso de sua inteligência em favor de suas aspirações.
- 12) Espaços que permitam ao jovem se perceber como capaz de posicionar-se frente a seus pares, fazendo uso de sua palavra. A experiência do reconhecimento do outro é, então, uma experiência singular a cada sujeito, que ocorre em meio à construção coletiva de um entorno que lhe oferece melhores ou piores condições para experimentá-la.
- 13) O exercício do diálogo é o instrumento base para uma relação de reciprocidade. O diálogo ganha peso quando é tomado como estratégia de trabalho em oposição à política punitiva, tradição em nossa cultura.
- 14) Jovens se veem particularmente percebidos por aqueles que buscam alcançá-los em seu universo simbólico e não apenas se dispõem à interlocução; valorizam aquele que “fala a nossa língua”. Entusiasmam-se quando podem falar sobre questões cotidianas, de sua realidade ou do mundo, bem como sobre temas de seu interesse, atrelando-os ao conteúdo formal. São recursos há muito conhecidos, que seguem atraindo jovens e educadores nesta articulação nem sempre fácil de ser feita.

15) A inclusão da realidade dos alunos no universo escolar (Dowbor, 2007), por sua vez, permitiria aos jovens realizar simbolicamente sua realidade e reconhecer o estudo formal como capaz de abranger a dimensão local que os determina.

16) Tratamento igualitário e respeito são prioritários. Mas a condição igualitária não está garantida em nenhum espaço e por vezes exige a intervenção direta do educador. Isso ocorre, por exemplo, no atendimento a jovens em *medida sócio-educativa* (MSE), quando o preconceito surge como ameaça capaz de promover a divisão entre os jovens. Exemplo de atitude por parte do educador/diretor/coordenador para garantir o tratamento igualitário e o respeito entre os pares:

“Aqui ele chega e eu falo ‘Olha, quem vai assinar a sua carteirinha sou eu, e ninguém mais vai precisar saber. Sabe por que? Porque do portão pra dentro eu vou tentar fazer com que você tenha conhecimento, um conhecimento claro que te permita fazer suas escolhas, é você quem vai fazer as escolhas sobre o que é bom e o que é mal (...)’ Eles chegam, já colocam em cima da minha mesa e vão embora, vão estudar.” (Fala de uma diretora entrevistada).

17) Outro exemplo de uma prática cotidiana igualitária é o uso do refeitório: em uma escola específica, diretor, coordenador, professores, funcionários e alunos, bem como os moradores do entorno que queiram ou necessitem, almoçam no mesmo espaço, permitindo a todos um momento de troca e aproximação, bem como uma confirmação da condição igualitária ali defendida.

18) Outra prática cotidiana é a de manter os portões abertos. Diferente da maioria das escolas visitadas, existem equipamentos que se *protegem* de possíveis ameaças por meio de uma política de abertura e apoio da comunidade.

19) Cuidado em preservar a confiança de jovens e pais em relação aos educadores, discriminando os assuntos a serem abordados em cada contexto e diante de cada interlocutor. Daí a estratégia diferenciada para reunião de pais:

“Nunca fazemos reunião com os pais para tratar dos filhos. Aqui são reuniões para tratar da família. Chamamos a comunidade e os pais vão dizendo o que eles querem saber... Nunca tratamos de casos específicos na reunião geral para não expor aquele aluno ou a família na reunião.” (Coordenador entrevistado).

- 20) Estratégia de sentarem-se em círculo, de modo que todos sejam vistos pelos pares, serve como promoção de uma relação de reciprocidade e cumplicidade, de modo a cada um se ver como um em meio aos demais.
- 21) Prevalência de decisões conjuntas como estratégia de gestão, diluindo a hierarquia formalmente estabelecida e conferindo maior autonomia e flexibilidade para educadores e funcionários.
- 22) Aproximação com a comunidade. Os mais ativos buscam articulação com equipamentos de assistência social (CREAS), saúde (postos de saúde e CRAS), jurídico (assistência), trabalho (CAT), de segurança (polícia comunitária, bombeiros), de cultura (fábrica de cultura) e outros, tanto para ações pontuais de maior amplitude, capazes de aproximar tais equipamentos da população local, usando a escola como equipamento mediador, quanto para diálogos regulares, em favor da aproximação do poder público da ação escolar diretamente considerada.
- 23) Educação por si só não é solução, nem para a juventude, nem para o futuro da sociedade, mas sim um meio fecundo para a ação social, entre vários outros recursos sociais necessários para o cultivo de um estado de bem estar social.